



**ESPECIAL**

**REAL ASSOCIAÇÃO DA BEIRA LITORAL**



## **XXII CONGRESSO DA CAUSA REAL** **Aveiro**

### **Destacável**

D. Miguel e o Miguelismo  
† 1866 - 2016  
*por Carlos Bobone*



**CAUSA REAL**  
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI



**1** - À pergunta de como instaurar a monarquia de novo em Portugal, esse grande senhor que é o Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles respondeu um dia que “para tal só precisava de falar com cada um dos portugueses.” Se a afirmação das vantagens da Chefia de Estado monárquica em Portugal está por estes dias longe da agenda mediática viciada pela oligarquia que dela se alimenta, certo me parece que as nossas convicções jamais poderão ser subordinadas a uma lógica imediatista e por isso não temos razão para desanimar. Porque defender a monarquia no nosso tempo é afirmar os mais perenes valores da Pátria portuguesa, é acarinhar a reserva moral dum Povo e do seu espírito, sabendo reconhecer no Senhor Dom Duarte Pio de Bragança o primeiro dos servidores do País que amamos, vendo nele, como os nossos antepassados viram nos Reis seus antecessores, a personificação da nossa Pátria que somos todos.

Ao Duque de Bragança, com o seu coração generoso, é tempo de fazer justiça, consubstanciando-a em palavras de sentida gratidão. Pelo insuperável Amor e persistente labor que ao longo das últimas décadas vem dedicando ao nosso Portugal. A esta Nação que é uma língua e extravasa fronteiras e galga oceanos, a um País que o Senhor Dom Duarte conhece como poucos, que percorre incansavelmente alheio aos períodos eleitorais, ao encontro dos portugueses que solicitam a sua presença, todas as semanas, todos os meses, sem reclamar do cansaço e prescindindo dos holo-

*Respeitado internacionalmente, desde cedo o Senhor Dom Duarte se assumiu como embaixador dos interesses de Portugal, dos valores portugueses e dos anseios de todos quantos falam português nos quatro cantos do mundo, promovendo incansavelmente a identidade da lusofonia que ele próprio representa.*

fotes do reconhecimento. Respeitado internacionalmente, desde cedo o Senhor Dom Duarte se assumiu como embaixador dos interesses de Portugal, dos valores portugueses e dos anseios de todos quantos falam português nos quatro cantos do mundo, promovendo incansavelmente a identidade da lusofonia que ele próprio representa. Para apoiar a Casa Real Portuguesa não nos podem faltar as forças.

**2** – Uma palavra de homenagem é devida ao Diogo Tomás Pereira na hora em que deixa a direcção da Juventude Monárquica Portuguesa (JMP), cuja criação liderou desde a primeira hora. Acontece que, se a JMP hoje transparece vitalidade, estruturada numa organização que se vem consolidando, tal se deve à tenacidade e capacidade de negociação do Diogo, que desde o início percebeu a importância de uma juventude activa e autónoma como garantia de renovação do movimento. À nova direcção presidida pelo Gonçalo Martins da Silva deixamos os votos de bom trabalho e muitas felicidades.

**3** – É com grande satisfação que publicamos neste número um brilhante ensaio da autoria de Carlos Bobone sobre o Rei Dom Miguel e o Miguelismo. Trata-se de um justíssimo tributo a um Rei que não deixa ninguém indiferente, quando se cumprem 150 anos sobre a sua morte no exílio. É um olhar desapaixonado e erudito sobre o seu curto reinado e sobre o imenso legado político e filosófico que dele sobreveio até aos nossos dias.

**João Távora,**

*Director e Presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa.*



O CORREIO REAL É O BOLETIM MONÁRQUICO DA CAUSA REAL PRODUZIDO PELA REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto.  
1200-243 Lisboa

Atendimento de segunda a quinta-feira,  
das 15 às 18 horas

Telef: [+351] 21 342 8115/21 342 9702

Email: [secretariado@realisboa.pt](mailto:secretariado@realisboa.pt)

Todos os números do boletim em pdf em:  
[www.causareal.pt](http://www.causareal.pt)

Real Associação de Lisboa



**CORREIO REAL**

Direcção e coordenação: João Távora

Redacção: Leonor Martins de Carvalho,  
Francisco Teles da Gama, João Mattos e  
Silva, Luís Barata, Teresa Côrte-Real.

Design e edição: Madalena Pestana

Fotografia: Nuno Albuquerque Gaspar

Produção: Sinapse Media

Impressão: Nova Gráfica do Cartaxo

2650 exemplares

Isenta de Inscrição na ERC ao abrigo do  
Decreto Regulamentar 8/99 de 9 de Junho,  
artigo 12º nº1 alínea a)



António de Souza-Cardoso  
Presidente da Causa Real

### Verdades e Mentiras

No XXII Congresso da Causa Real retive, mais com preocupação do que com perplexidade, o reconhecimento feito pelo Presidente da Câmara de Aveiro de que a Monarquia ainda era confundida com passadismo, regresso ao passado e alternativa à democracia.

Concentremo-nos nas mistificações que a propaganda republicana – seguramente muito pouco ética, foi criando nas convicções da opinião pública. Vejamos que mentiras e verdades nos afastam da realidade político-constitucional que nos é proporcionada por cada um dos dois regimes?

Dizem que a Monarquia é retrógrada, passadista e pugna por um regresso ao passado? Mentira – os mais evoluídos e progressivos Estados do Mundo são Monarquias!

Dizem que a Monarquia ao contrário da República, não é democrática? Mentira – Os regimes Monárquicos defendem e qualificam os sistemas de governo democráticos. A própria OCDE o reconhece colocando 7 Monarquias nos 10 Países mais evoluídos em termos da qualidade da sua democracia. Mentira ainda em relação à República, porque quase metade do nosso “tempo republicano” foi uma ditadura e porque a grande maioria das ditaduras no Mundo são, vejam lá,... Repúblicas!

Dizem que as Monarquias originam custos ostensivos do Estado para prover aos gastos da Família Real e das

## EDITORIAI



# CAUSA REAL

UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

suas assessorias. Mentira, já foram realizados muitos estudos que provaram que a Monarquia Espanhola e Inglesa, por exemplo, custam, no respectivo deve e haver, muito menos aos respectivos Orçamentos de Estado do que a República, vejam lá ... Portuguesa!

Passemos agora ao que é verdade e precisa de ser dito com simplicidade e clareza:

Que características essenciais devem ter as Chefias de Estado nas democracias modernas?

Devem, em primeiro lugar, saber exercer o poder moderador com independência e isenção! E quem o pode fazer melhor? Será o Rei que a todos representa ou o Presidente que emerge do jogo político-partidário? Qual a verdade?

Devem, em segundo lugar, constituir-se como garantes da identidade, da independência e da coesão nacional! E quem o pode fazer melhor – O Rei que representa a nossa história, a nossa cultura, a nossa condição de portugueses, ou o Presidente da República, frequentemente refém do partido que o elegeu, da Família política internacional que o apoiou, da frivolidade do ciclo eleitoral que terá que cumprir? Qual a verdade?

Devem, em terceiro lugar, prover à estabilidade política, económica e social! E quem o pode fazer melhor – um Rei que tem uma preparação, um conhecimento e uma continuidade no poder que lhe permite, independentemente da refrega partidária, ser garante dessa estabilidade. (...)

\* CONTINUA NA PAG. 5

# 14

ÍNDICE

4

### ACTUALIDADE

• 150 anos de D. Thomaz de Mello Breyner -Um grande senhor • VASCO ROSA

6

### OPINIÃO E DEBATE

• Um olhar sobre o XXI Congresso da Causa Real • JORGE LEÃO

8

### OPINIÃO E DEBATE

• A Maior Herança Real • FRANCISCO TELES DA GAMA

9

### A VOZ DAS REAIS ASSOCIAÇÕES

• Real Associação da Beira Litoral

11

### NOVOS SÓCIOS

• Fernando Águas

12

### JUVENTUDE MONÁRQUICA PORTUGUESA

• O Futuro em Boas Mãos • DIOGO TOMÁS

13

### DESTACÁVEL

• D. Miguel e o Miguelismo • CARLOS BOBONE

22

### NOTICIÁRIO

• RAL: novo sítio na internet [www.reallisboa.pt](http://www.reallisboa.pt) • Jantar Núcleo de Odiveiras • Homenagem aos combatentes • XXII Congresso da Causa Real • Debate: Cinco de Outubro e D. Manuel II - Histórias e ficções • A Real Associação de Lisboa homenageou a Senhora Infanta Dona Maria Adelaide de Bragança • Inauguração da Estátua de S. Nuno de Santa Maria, o Condestável • Colóquio Tratado de Zamora • Missa da Fundação • Notícias da Real Associação do Porto • Actividades da Real Associação de Viana do Castelo

27

Actividades da Real Associação de Viseu • Criação do Núcleo de Tomar

28

### BIBLIOTECA

• A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança • VASCO ROSA

30

### NOTÍCIAS DA FUNDAÇÃO D. MANUEL II



# 150 ANOS DE D. THOMAZ DE MELLO BREYNER

## Um grande senhor

Por Vasco Rosa

Na Torre do Tombo, ao Campo Grande, em Lisboa, esteve patente de 28 de Setembro a 14 de Dezembro uma exposição dedicada a D. Thomaz de Mello Breyner, 4.º conde de Maфра (1866-1933). Foi apenas uma pequena mostra, com meia dúzia de vitrines com manuscritos e fotografias e dois ecrãs tácteis permitindo folhear outra documentação do espólio do médico da Casa Real que serviu D. Carlos, D. Amélia e os príncipes, e também privou com suas majestades em muitas ocasiões sociais e de lazer. Mas assinala o depósito da sua correspondência e diário pessoal naquela magna instituição patrimonial portuguesa, quando se assinalam 150 anos do nascimento de D. Thomaz, «um lente entre os condes, e um conde entre os lentes», na expressão consagrada.

Ainda em vida do médico, a Parceria António Maria Pereira, de Lisboa, publicou em Dezembro de 1930 o primeiro de dois volumes das suas Memórias, relativo a 1869-80. O segundo, para o período 1880-83, sairia postumamente em Maio de 1934, por rápida acção de seu filho, apenas sete meses após o desaparecimento de D. Thomaz. Em 1997, o serviço de dermatologia do Hospital do Desterro, que Mello Breyner dirigiu, assinalou o seu centenário com uma edição fac-similada do primeiro daqueles livros. Constituem ambos um retrato vivo do quotidiano da corte e do país ao tempo da sua juventude, e não é possível folhear ou ler estes livros sem nos lembrarmos de imediato das *Memórias do Marquês de Fronteira*, cuja importância historiográfica foi já muitas vezes realçada em trabalhos sobre a sua época.

Foi depois o seu neto Gustavo de Mello Breyner Andresen quem, há já alguns anos, transcreveu, anotou e publicou cinco livros daquilo a que chamou genericamente *Diário de um Monárquico*, quatro deles correspondentes aos períodos 1902-4, 1905-7, 1908-10, 1911-13 e um quinto consagrado às viagens a bordo de iate Amélia em 1898-99. Tendo herdado as agendas e os cadernos de capa de oleado em

que D. Thomaz havia registado o seu quotidiano, descobriu em primeiríssima mão que esse diário era um documento vivo daquele período tão intenso da vida portuguesa e lançou-se à tarefa de o dar a conhecer, em edição própria, umas vezes por sua conta e risco, outras com o apoio da Fundação Eng. António de Almeida, do Porto. Mesmo assim corresponde apenas a doze dos trinta e quatro anos do

Diário do 4.º Conde de Maфра — título reconhecido por El-Rei D. Manuel II em carta de 23 de Dezembro de 1922, depois da morte de Francisco, seu irmão mais velho. O título genérico, então adoptado, merece

ser elogiado pela humildade inerente ao pleno serviço da Coroa: Diário de um monárquico, mas certamente não de um monárquico como qualquer outro, pelas funções desempenhadas junto da família real e, por que não dizê-lo também, pelo seu próprio estatuto social.

Todo esse trabalho dedicadíssimo foi feito por Gustavo — já a sua idade ia avançada — na sua casa da Praia da Granja, de 1994 até 2005, por vezes com a ajuda prática de familiares, e o resultado são edições demasiado simples, desprovidas enfim da elegância sóbria que o seu mérito e público certamente mereceriam, sem os convenientes cuidados de actualização de ortografia e pontuação, e a que também faltam, infelizmente, índices remissivos que as tornassem mais rapidamente úteis a historiadores e outros leitores. O editor (expressão inglesa que designa aquele que fixa o texto dum livro) informou que após a morte do conde sua avó Sophia «entendeu riscar e apagar linhas do *Diário*, e até arrancar e inutilizar páginas inteiras», e que ele tentou decifrar as linhas riscadas com a ajuda dos laboratórios da Faculdade de Ciências do Porto, mas tal não foi possível dado ter sido utilizada, nesse ocultamento, tinta exactamente igual à das linhas originais.

*Conheci o Thomaz apenas cheguei a Portugal, ele ainda bem novo, estudante, e nunca poderei esquecer toda a dedicação que, durante tantos anos, ele mostrou aos seus Reis, aos seus Príncipes.*

*Rainha D. Amélia*



*Conheci o Thomaz apenas cheguei a Portugal, ele ainda bem novo, estudante, e nunca poderei esquecer toda a dedicação que, durante tantos anos, ele mostrou aos seus Reis, aos seus Príncipes.*

Rainha D. Amélia

Num *In Memoriam* de Thomaz de Mello Breyner, Afonso Lopes Vieira escreveu: «Numa sociedade tão lastimavelmente desprovida dos dons do espírito, o conde de Maфра foi um homem de espírito. Foi um homem de coração e, como verdadeiro senhor, amou os humildes e os pobres. Foi um Amigo encantador dos seus amigos. A sociedade, os humildes e os amigos do Conde de Maфра ficaram muito mais pobres sem o seu espírito, sem a sua caridade, sem a sua amizade. E poucos homens merecem saudades tão vivas».

Também médico, e historiador de arte, Reynaldo dos Santos registou no mesmo livro: «Para homens como o Thomaz, a vida era uma inquieta irradiação de interesse pelas dores e pelas alegrias dos outros, oferecendo cada hora ao culto generoso e nobre dos mais belos instintos de sociabilidade e de amizade. São frutos de uma civilização requintada que enobreceram e encantaram a vida mundana e espiritual de todas as sociedades cultas.» E a Senhora D. Amélia, escrevendo à viúva Sophia: «Grande, profunda é a minha pena [...] Conheci o Thomaz apenas cheguei a Portugal, ele ainda bem novo, estudante, e nunca poderei esquecer toda a dedicação que, durante tantos anos, ele mostrou aos seus Reis, aos seus Príncipes. — Deixa aos seus a maior das consolações: os sentimentos de Fé que ele mostrou até ao fim, a sua vida de Família, de trabalho constante, o nome que de certo deixa na Ciência e todo o bem que ele espalhou entre os necessitados, numa palavra: a sua grande Caridade!». A divisa do seu ex-líbris dizia, aliás, seguindo William Shakespeare: «Love all, trust few, do wrong to none». Eça de Queiroz designou-o como «uma espécie de Flaubert educado». Margarida de Magalhães Ramalho, grande entusiasta deste Diário, escreveu recentemente sobre ele no semanário *Expresso*, revelando extractos dos anos ainda inéditos, e há indicações de que se preparam novas edições que o completem até Outubro de 1933. Será esta, sem dúvida, uma boa maneira de se assinalar a efeméride redonda, ainda que o ideal fosse a reedição integral e orgânica, num figurino gráfico comum, das *Memórias* e do *Diário*, modelada por mãos profissionais com a colaboração de historiadores que possam acrescentar comentários e informações que tragam ao leitor actual — e pensando em diferentes estratos etários — facilidades de entendimento numa época afinal tão distante, ainda que aparentemente próxima.

Queremos acreditar que assim possa acontecer. Um pequeno esforço, portugueses!

### CONTINUAÇÃO DA PAG.3

\* Ou um Presidente que por ser parte, por ser adventício e, por causa disso, poder voltar a ser parte, está mais preocupado com a estabilidade da sua carreira ou do seu partido? Qual é a verdade?

Devem ainda garantir a representação externa, afirmando Portugal num Mundo cada vez mais globalizado. Quem tem mais conhecimento e noto-

riedade para fazer exercer a influência diplomática e política que este objectivo exige? Um Rei que toda a comunidade internacional conhece e respeita ou um Presidente da República que vai variando ao sabor dos tempos. Qual é a verdade?

Serve esta argumentação, necessariamente parcial, para Vos dar um conselho final nas conversas que

devemos provocar sobre qual dos dois regimes melhor serve o futuro de Portugal? Nesses momentos não podemos deixar que a conversa nasça e morra em preconceitos jocosos que podem parecer definitivos. Experimentemos antes fazer este jogo mais sério da comparação objectiva. Do que é verdade e do que é mentira. E já estão a antecipar quem vai ganhar! Verdade ou mentira?



Jorge Leão

## UM OLHAR SOBRE O XXI CONGRESSO DA CAUSA REAL

O Congresso de Aveiro, para além de muito bem organizado e de ter sido uma ocasião de bom convívio e contacto com a Causa Real, bem como de ter ocorrido no belíssimo Museu de Santa Joana, não fazia antever a importância histórica que, penso, poderá ter no nosso movimento.

Tal deveu-se às excelentes intervenções dos três oradores, com a experiente moderação do Presidente da Causa Real, Dr. António de Souza-Cardoso.

As intervenções da Dra. Paula Leite Marinho e do Prof. Doutor João Pacheco de Amorim complementaram-se, oportunamente, permitindo concluir não ser imperativo, nem sequer necessário, para o nosso desiderato, a alteração da famosa al. b) do artigo 288º da Constituição Portuguesa, onde se estabelece como limite material da sua revisão a *forma republicana de governo*.

Ambos os oradores defenderam a interpretação deste artigo como a expressa, entre outros, pelos Prof. Doutores Jorge Miranda e Rui Medeiros, ao admitir nos comentários à dita alínea do artigo 288º, na página 937 do Tomo III da Constituição Portuguesa Anotada, passo a citar: "... numa leitura da alínea b) do artigo 288º em conformidade com o sentido nuclear da Lei Fundamental, que **este limite material não se circunscreve forçosamente à proibição da restauração da monarquia em Portugal. ...**" (negrito original).

Rejeitando claramente a aplicação deste limite material neste sentido, os citados Professores

Doutores em Direito entendem o limite material da aludida alínea b) apenas aplicável como um limite dentro dos corolários do princípio republicano para os cargos políticos.

Resultou também da exposição e análise de outros artigos relevantes aplicáveis na Constituição, que uma eventual implantação da instituição real não implicaria nem acarretaria, na prática, mudanças no texto constitucional. Na verdade, a grande maioria das disposições constitucionais poderiam subsistir sem qualquer alteração, sendo, efectivamente, compatíveis em monarquia.

Evidenciando-se a inexistência de oposição constitucional a uma possibilidade efectiva da substituição de um presidente por um rei, a mesma afigura-se possível e constitucional, se assim vier a ser manifestado pelos portugueses.

Esta conclusão aponta directamente para a validade e oportunidade da actual estratégia da Causa Real com a proposta do "Manifesto para Revisão da Lei do Protocolo do Estado" em curso, que tem por objetivo legitimar uma posição que já existe de facto, para com S.A.R.

Tal legalização e enquadramento no protocolo de Estado traduzirá, igualmente, o reconhecimento de SS.AA.RR. os Duques de Bragança como representantes da Casa Real Portuguesa.

O que, não só virá ao encontro dos inúmeros

convites formulados ao Senhor Dom Duarte na sua qualidade de Chefe da Casa de Bragança, que por si só evidenciam em todo o país um generalizado respeito e simpatia pelo representante histórico dos Reis de Portugal, como, ao constar na Lei das Precedências do Protocolo do Estado Português, vem conferir a legitimidade já praticada e até reconhecida internacionalmente a SS.AA.RR.

Por outro lado, a interessante intervenção do Presidente da Câmara, Eng. Ribau Esteves, que se afirmou como republicano, realçou na sua comunicação que, ainda hoje, a grande maioria dos portugueses continua a equiparar a ideia monárquica ao passado e a um elitismo não democrático, por contraste à república, essa sim, que se apresenta moderna e democrática. Este reconhecimento teve o mérito de nos apontar, *a contrario sensu*, o melhor caminho.

Sendo sabido que, afinal, os países mais modernos e democráticos da Europa vivem em monarquia, importa que a nossa mensagem clarifique como ambicionamos restaurar a monarquia e qual o papel que nela queremos seja desempenhado pelo REI e pela Família Real, como contraponto aos actuais múltiplos e sucessivos Presidentes e Famílias Presidenciais.

Impõe-se, assim, desde logo, à Causa Real, às Reais Associações e a todos os verdadeiros monárquicos, transmitir a nossa visão de forma clara e vencedora, evidenciando a independência, o suprapartidarismo, a formação, o reconhecimento

e respeito no país e no estrangeiro de um Rei e de uma Família Real.

Será necessário que deixemos para trás as nossas discussões internas e as opiniões divergentes, para nos concentrarmos no que verdadeiramente importa à nossa missão, valorizando o que nos une e consubstancia a nossa motivação, esquecendo as matérias que possam ser consideradas fracturantes.

Centrando a nossa comunicação nos nossos princípios fundamentais e nas múltiplas vantagens, para o nosso país, de poder estar representado pelo Chefe da Casa Real Portuguesa, chegaremos a uma mensagem forte e difícil de contestar, pois, um Rei, acarretaria sempre uma visibilidade ímpar no mundo para Portugal, com todos os benefícios daí inerentes.

Esta realidade leva-nos directamente para o importante Projecto Educar, já iniciado pela Causa Real. Trata-se de um projecto pedagógico com acções de carácter formativo, que visam em especial promover o interesse, a tomada de consciência e a participação cívica e política dos jovens, que serão os que decidirão o futuro, que esperemos seja moderno e próspero, sem esquecer os ensinamentos da história.

Estas conclusões, retiradas dos trabalhos do Congresso de Aveiro, podem marcar o início de um renovado e mais expedito empenho na nossa missão.

## REGULARIZAÇÃO DE QUOTAS:

**Sabia que  
toda a nossa actividade é financiada  
pelas quotizações dos sócios?**

**Cumpra a sua parte,  
ajude-nos a servir Portugal!**

**Contacte-nos:** 213 428 115 **Email:** [secretariado@reallisboa.pt](mailto:secretariado@reallisboa.pt)

**APELO!**



# A MAIOR HERANÇA REAL

Francisco Teles da Gama

*“Sua Majestade observou que não é na monarquia que são oprimidos os sublimes e nobres impulsos da alma e perseguidas e desprezadas as criações do génio, da poesia e das artes, mas que, pelo contrário, os seus únicos verdadeiros protectores são os monarcas; que os Shakespeare e os Molière floresceram sob a sua magnânima protecção, ao passo que Dante não conseguira encontrar um canto para si na sua pátria republicana; que os verdadeiros génios surgem quando as nações e os seus senhores estão no auge do poder e glória e não quando sofrem o flagelo da infame agitação política e do terrorismo republicano”*

Estas palavras, retiradas do conto russo *O Retrato*, editado em 1835, da autoria de Nikolau Gogol, reflectem a importância da família real na preservação e continuidade da cultura no panorama nacional. Em Portugal houve inúmeros mecenas e artistas que ocuparam o trono, desde poetas, escritores, músicos, pintores e agricultores.

O mecenato é algo de transversal nas qualidades dos soberanos portugueses. Não nos é possível esquecer o contributo inestimável de Dom João V ao criar a Academia Real da História, em 1720, que se revelou um altíssimo divulgador da cultura e da História portuguesas, sendo esta uma das épocas onde se publicou mais obras no nosso Reino. Dom Maria I faria o mesmo mais tarde, quando edificou a Academia Real das Ciências de Lisboa e a Real Biblioteca Pública da Corte.

No ramo da escrita tivemos vários baluartes da língua portuguesa. Dom Dinis, através do seu legado poético nas cantigas de amigo, de amor e de escárnio e maldizer. Dom João I, ao deixar-nos o seu testemunho no *Livro da Montaria*, no qual descreveu as diferentes distrações do cavaleiro, fora do campo de batalha, elegendo a caça como a melhor de todas elas. Dom Duarte, ao deixar-nos duas das obras mais marcantes da nossa literatura, o *Leal Conselheiro* e o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, considerado o primeiro tratado de cavalaria de História. Dom Manuel II, excelso bibliógrafo, que para além das suas traduções, também se dedicou ao estudo intensivo de documentos e livros da sua biblioteca, que resultaria na obra *Livros Antigos Portuguezes*

1489-1600, da *Bibliotheca de Sua Majestade Fidelíssima* Descriptos por S. M. El-Rei D. Manuel em Três Volumes. O primeiro exemplar desta obra foi entregue em mãos ao Rei Jorge V.

Na área musical cabe-nos salientar o testemunho de Dom João IV, que compôs algumas melodias ecoadas nas igrejas, *Crux Fidelis* é um grande exemplo disso. Na sua posse detinha a maior biblioteca musical de toda Europa, tendo redigido vários tratados em prol dessa arte. A Rainha D. Maria II, destacou-se pela edificação do Conservatório Nacional, no ano de 1836, esse jubiloso monumento ao ensino da música, esquecido pela indecorosa e vil república, aquela que não serve os seus artistas. Dom Luís era um violoncelista magistral e um amante da ópera sem rival. O seu violoncelo Stradivarius ainda hoje se pode admirar, e por vezes ouvir, no Museu da Música. A sua paixão pela ópera era tanta, que mandou instalar um telefone no Teatro de São Carlos, para poder ouvir as óperas lá executadas no conforto do Palácio da Ajuda.

A pintura era algo que o Rei Dom Carlos não deixava descurar. A qualidade do seu traço e estilo ao representar paisagens e animais é uma dádiva que nos foi delegada, sem mencionar o seu vasto contributo para a Oceanografia.

Hoje, não podíamos ter maior exemplo desse orgulho cultural, que demonstraram todos os reis das quatro dinastias. S. A. R o Senhor D. Duarte de Bragança, através da agricultura e da sua subsequente ligação ao povo, propaga os valores primordiais da nossa Nação auto-suficiente, os mesmos que o Rei Dom Dinis nos delegou, e que fizeram de nós o maior império de todas as eras.

Todos os monarcas legitimaram a cultura como o garante da nossa inteligência e erudição, se nos tirarem a sua mestria, o que nos restará?



# REAL ASSOCIAÇÃO DA BEIRA LITORAL

UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

A Real Associação da Beira Litoral (RABL) é um dos membros mais recentes da Causa Real, tendo sido constituída em 2009, a pedido de S.A.R. O Senhor Dom Duarte de Bragança, na sequência do afastamento da antiga associação que, desde 1992, representava o distrito de Aveiro no movimento.



Apesar de jovem, a RABL, desde o início, procurou fazer a diferença, levando aos seus associados, aos monárquicos em geral e a todos os portugueses, notícias das actividades da Família Real e do movimento monárquico através do seu blogue em

[www.realbeiralitoral.blogspot.pt](http://www.realbeiralitoral.blogspot.pt)

actualizado diariamente e já com um número médio superior às mil visitas diárias.

Sem nenhum elitismo, tenta promover encontros mensais para convívio e debate, excelentes oportunidades para reunir os associados e simpatizantes, pois são realizados alternadamente em vários pontos do distrito.

Quanto aos núcleos locais, desenvolveram-se as Reais Concelhias de Santa Maria da Feira (Núcleo Monárquico Brandoense) e o Núcleo Monárquico da

Bairrada, este último albergando monárquicos dos concelhos daquela região específica que fica no sul do distrito.

A Juventude Monárquica de Aveiro, entretanto criada, aguarda por uma melhor integração no novo mo-



delo da JMP – Juventude Monárquica Portuguesa, onde pretende – principalmente - trazer para o movimento os jovens estudantes monárquicos que frequentam a Universidade de Aveiro, uma das melhores do país.

Em cooperação conjunta especial com as Reais Associações vizinhas de Coimbra e Viseu, as chamadas Reais do “Principado da Beira”, a RABL participa regularmente em actividades já “consagradas” no calendário monárquico, como sejam: as comemorações da Independência de Portugal, no aniversário do Tratado de Zamora, nos dias 5 de Outubro, em Coimbra; a Consagração à Senhora da Lapa de S.A.R. O Senhor Dom Afonso de Santa Maria, Príncipe da Beira, em Sernancelhe (Viseu); os almoços/jantares dos Conjurados realizados alternadamente nos três distritos; as Viagens ao País Real da Real Associação de Viseu que já vieram até ao Buçaco (Aveiro), entre outras.





A RABL procura também, dentro do possível, participar nos eventos nacionais da Causa Real e em eventos locais das outras Reais Associações, como já fez em: Lisboa, Porto, Viana do Castelo, Braga, Ribatejo e Alentejo; e também faz-se muitas vezes representar em eventos organizados por outras associações monárquicas ou não, fora do âmbito da Causa Real, frequentemente acompanhando membros da Família Real nas várias deslocações que fazem pelo país.



A Família Real Portuguesa, desde 2009, por várias vezes visitou o distrito, tendo sido recebida nos concelhos de: Aveiro, Ovar, Santa Maria da Feira, Ílhavo e Anadia; sempre com excelentes recepções das autarquias e das populações.

Ainda recentemente a Família Real visitou a cidade de Ílhavo, onde conheceu os grandes melhoramentos implementados no Museu Marítimo e no Museu da Vista Alegre, tendo sido recebida pelo presidente do Município.



No passado mês de Outubro, a RABL organizou o XXII Congresso da Causa Real noticiado noutra local do Correio Real.





**NOME:** Fernando Águas

**IDADE:** 47 anos

**NATURALIDADE:** Alvor

**OCUPAÇÃO:** Lic. em Ciências Farmacêuticas,  
Especialista em Indústria Farmacêutica  
e Mestre em Farmacotecnia Avançada.

#### CR - Porque decidiu tornar-se sócio da Causa Real?

Porque chegou altura de manifestar a convicção que tenho de que o regime monárquico é uma verdadeira alternativa política, e poderei fazê-lo através de uma participação activa neste movimento associativo.

Defendo uma monarquia parlamentar à semelhança dos países do norte da Europa.

Vejo o Rei como uma entidade acima de qualquer interesse partidário. A educação que é dada desde a infância ao futuro rei, com o objectivo de liderar um país, torna-o claramente mais adequado e competente para exercer as suas funções, sem estar comprometido com “interesses” numa relação verdadeiramente patriótica.

A relação de familiaridade que um Rei tem com os outros monarcas europeus, torna cada encontro um acto da mais pura diplomacia.

Por fim, a degradação evidente dos valores morais, do nosso património histórico, a venda a estrangeiros de sectores fundamentais da nossa economia e o risco de perdermos a soberania nacional, leva a ter esperança num futuro, que estará mais próximo quanto mais empenho tivermos na luta pela mudança.

#### CR: Na sua opinião quais são as principais lacunas do movimento monárquico português?

Apesar de não ser evidente ao povo Português que a Monarquia tem expressão, são inúmeros os Portugueses que são monárquicos. Partilham um ideal “romântico”, mas quando se trata de manifestar o seu posicionamento político, votam num partido da república.

Desta forma, o MMP tem de encontrar forma de “despertar” esses monárquicos adormecidos, dar-lhes matéria, incentivando-os a tomar uma posição.

Também compreendo as dificuldades na adesão, pois o movimento monárquico não sendo um partido político, não tem por objectivo ganhar eleições, o que não obriga a uma tomada séria de posição.

Teria então o movimento que intensificar acções de forma a chegar ao maior número de pessoas e de todos os extractos sociais, com esclarecimentos simples e apelativos de forma à mensagem fluir sem qualquer dúvida.

#### CR – E as suas principais virtudes?

A cada vez maior e visível dignificação de SAR e sua família.

Ter conseguido que actualmente se fale muito mais em monarquia como algo tangível.

As inúmeras acções de cariz cultural que a RAL tem vindo a desenvolver.

E muito importante, a formação de jovens no ideal monárquico, porque a actual juventude não está presa à luta partidária, estão havidos de alternativas novas, que os façam sentir que têm uma palavra a dizer.

#### CR – Que contributo espera poder dar ao nosso movimento?

Com certeza que podem contar com a minha participação e empenho na defesa da Causa Real.

E que eu possa passar a mensagem a outros, de forma a aumentar e dar ainda mais força ao movimento monárquico português.

## O FUTURO EM BOAS MÃOS

Tenho escrito estes artigos no Correio Real como Presidente da JMP. Desta vez já não o faço nessa qualidade.

Deixei o cargo no passado dia 29 de Outubro, em Sintra, dia em que foram eleitos os novos órgãos sociais da juventude.

Os trabalhos decorreram num ambiente caracterizado pela nostalgia de quem terminou a sua caminhada na juventude, mas principalmente pelo vigor e entusiasmo dos jovens que tomaram o leme da JMP.

Confesso a minha satisfação, também um pouco de orgulho, por ver esta casa, nascida no dia 5 de Outubro de 2013, com quadros renovados. A JMP não foi um projecto efémero de meia dúzia de jovens. **A JMP é a cara visível do futuro da Causa Real.**

É difícil transmitir por palavras aquilo que vi e senti durante os últimos quatro anos ao serviço dos jovens monárquicos, mas vou tentar. Para além da enorme gratidão que sinto por ter servido a mais nobre das causas, o meu coração vibra de alegria por saber que a JMP é a casa de todos os jovens, vindos de onde vierem, que têm como denominador comum o amor à Pátria e, em consequência, o amor ao seu Rei.

Ser inclusivo e representante de pessoas com as mais variadas crenças, opções políticas e origens sociais, não pode ser um chavão para usar em discursos mais ou menos inflamados.

Para se ser tudo isso é preciso lutar e derrubar barreiras. É fundamental adaptar o movimento para que consiga atrair este mar de gente que ama Portugal acima de qualquer ideologia. Foi isso que a JMP fez e, acredito, é isso que continuará a fazer. O trabalho ainda agora começa.

A juventude da Causa Real conta com jovens da JSD, JS, JP e CDU, para além de vários jovens sem filiação partidária. Há quatro anos atrás achava que esta diversidade não era possível, mas o caminho foi-me dando esperança e mostrou-me que aquilo

que defendemos como sendo uma das melhores qualidades da monarquia, “o Rei de **todos** os Portugueses”, tem de começar a viver-se já, agora.

Que falta faz a Portugal este sentimento de pertença comum, que todos une, que só a Instituição Real pode garantir e que já se vive na JMP.

Os novos eleitos, liderados pelo Gonçalo Martins da Silva, até então Presidente da JMP Ribatejo, prometem continuar o trabalho inovador já iniciado, mas com nova energia. Pessoalmente acho que vão fazer muito mais e melhor.

\* CONTINUA NA PAG. 21



Carlos Bobone

# D. MIGUEL E O MIGUELISMO



*O miguelismo foi história, doutrina e mito, presença constante em todo o debate ideológico em torno de Portugal e do seu destino histórico.*

A figura do rei D. Miguel I e o movimento político que o tomou por bandeira ultrapassam largamente o raio das efemérides histórico-políticas que se assinalam diariamente. As lutas civis que acompanharam a instalação do regime parlamentar, criaram em Portugal uma cisão ideológica que teve duradouros e fecundos reflexos na filosofia, na literatura, no cancionero e no anedotário populares, na lenda e na mitologia políticas. O miguelismo foi história, doutrina e mito, presença constante em todo o debate ideológico em torno de Portugal e do seu destino histórico. Mesmo aqueles que lhe quiseram negar a dimensão histórica, tantos esforços desenvolveram para lhe apagar o rasto que mais não fizeram do que avivá-lo.



## D. MIGUEL E O MIGUELISMO

O primeiro passo para a ascensão de D. Miguel ao trono foi dado em 1822 pelo parlamento vintista quando decretou que se o príncipe D. Pedro não regressasse ao Reino dentro de três meses, perderia os seus direitos sucessórios. Não admira que este passo tenha caído no esquecimento, dado o alinhamento de forças que se veio a definir nos anos seguintes. Nem aos constitucionais interessava lembrar que o seu paladino perdera os direitos dinásticos por decreto de uma assembleia electiva, nem aos miguelistas convinha fundar os direitos do seu herói nessa agremiação de facciosos produzida pela famosa “soberania do povo”. Mas o certo é que desde então, ainda que o tema estivesse vedado na imprensa, não se parou de discutir a quem caberia o lugar de Príncipe herdeiro caso D. Pedro persistisse em comandar o movimento de emancipação do Brasil, perdendo a naturalidade portuguesa.

Em 1823 o infante D. Miguel, pondo-se à cabeça das tropas que se levantaram contra a constituição do ano anterior e os seus obreiros, que tinham transformado em pó o poder real, suprimiu o parlamento e com este gesto reduziu à impotência os seus decretos. Se alimentasse a ambição de chegar a rei, bastava-lhe esperar que a Assembleia decretasse formalmente a perda dos direitos do irmão. O que lhe interessava, porém, era pôr termo à derrocada do poder real, à humilhação da rainha, desterrada em castigo da sua insubmissão aos novos senhores do reino, e à inércia do rei, que ia aceitando a apropriação de todo o poder pela Câmara dos Deputados e a sua redução a um papel decorativo. A nova classe política brandia a bandeira da soberania do povo, mas vinha já armada de todo o arsenal necessário para reduzir ao mínimo a participação deste no processo legislativo. As eleições de 1821, que na mitologia política portuguesa ficaram lembradas como um momento precursor do sufrágio universal, da democracia

*O primeiro passo para a ascensão de D. Miguel ao trono foi dado em 1822 pelo parlamento vintista quando decretou que se o príncipe D. Pedro não regressasse ao Reino dentro de três meses, perderia os seus direitos sucessórios.*



e da república, foram na verdade um tortuoso processo de escolha indirecta, em que o eleitor não escolhia mais do que o primeiro elo de uma cadeia de sucessivos eleitos e eleitores: o eleitor de freguesia escolhia o eleitor de comarca, este escolhia o “compromissário”, o qual por sua vez escolhia o eleitor de distrito, e este finalmente votava no deputado à Assembleia Constituinte. Não admira que um povo habituado ao governo dos seus reis e dos corpos municipais olhasse os deputados como estranhos e nada fizesse por eles quando foram excluídos da cena política. Não durou muito, no entanto, o triunfo do infante e dos que viam com maus olhos os primórdios do regime constitucional.

Em 1824, assistindo ao regresso da classe política contra a qual se pronunciara, promove novo levantamento do exército, mas desta vez a intervenção do corpo diplomático anula os seus esforços. O rei, refugiado num navio de guerra inglês, anula os decretos do infante e manda-o viajar pela Europa. Estavam definidas as condições preparatórias do conflito que viria a dividir o país nos anos seguintes. D. João VI não se pronunciava por um regime constitucional nem contra ele, mas sim contra o partido que girava à volta da rainha e do infante. Viveu os seus últimos anos reinando num país que não tinha constituição mas era governado pelos homens do constitucionalismo. Nesta indefinição em que gostava de viver o hesitante monarca, assinou em 1825 o tratado que reconhecia a independência do Brasil, reconheceu o filho primogénito como imperador da nova nação, mas não tirou as conclusões que se impunham quanto à sua sucessão.

O reino, porém, não comungava na preferência do monarca pelas situações indefinidas. Assim que D. João VI morreu, em 1826, e a regência presidida pela infanta D. Isabel Maria reconheceu D. Pedro como rei de Portugal, logo este abdicou em favor

## D. MIGUEL E O MIGUELISMO

da sua filha D. Maria, então com sete anos, o trono que lhe ofereciam, e nomeou D. Miguel regente, planeando o casamento deste com a rainha. Ao mesmo tempo outorgou uma Carta Constitucional, que devia reger a ordem política portuguesa daí em diante. O infante, ausente em Viena, rigorosamente vigiado por diplomatas e ministros, não tinha mais do que vagas notícias do que se pensava e sentia no reino. Aceitou o plano que se lhe propunha e não mostrou pressa em tomar o lugar que lhe competia nesta combinação.

Mas enquanto ele se demorava numa viagem de largos meses pela Europa antes de vir ocupar a regência, um poderoso movimento em favor dos seus direitos dinásticos se levantava por todo o reino. Os levantamentos militares sucediam-se ao ponto de quase todas as províncias estarem na situação de guerra civil ao longo dos anos de 1826 e 1827. Em Lisboa publicavam-se brochuras que expunham a lei fundamental da sucessão do reino. Os direitos de D. Miguel eram abertamente defendidos em público, e à cabeça dos seus defensores encontravam-se a rainha Carlota Joaquina e as infantas portuguesas casadas com infantes espanhóis. Chegado a Lisboa em Fevereiro de 1828, D. Miguel vê-se coberto por manifestações de apoio à sua realeza. As Câmaras, os magistrados, os comandantes do exército, pedem-lhe que convoque as Côrtes segundo os antigos “usos e estilos” desta monarquia para se pronunciarem sobre quem é o legítimo rei. Poucos meses depois, as Côrtes convocadas por D. Miguel aclamam-no Rei de Portugal, em ambiente de grande euforia.

O povo, nas ruas, dava vivas a D. Miguel “Rei absoluto”, mas na verdade não era o absolutismo que inspirava os seus seguidores mais esclarecidos. Nesta fase da aclamação sucediam-se os folhetos e manifestos, contrariados por outros manifestos e folhetos produzidos no campo liberal. O tema central das controvérsias era o dos direitos de sucessão que cabiam a D. Miguel ou a D. Maria. Mas mesmo na controvérsia puramente dinástica, não se podia deixar de esclarecer a doutrina de cada um dos partidos antagonistas sobre a organização política do reino. Os defensores de D. Miguel alegavam em seu favor as leis fundamentais do reino, o que implicava a ideia de uma monarquia em que o soberano estava sujeito a leis e a uma

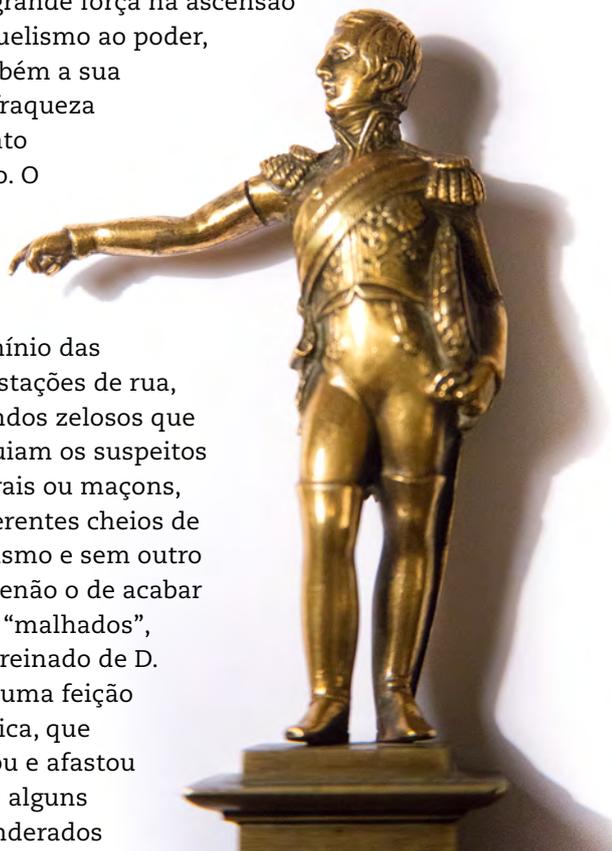
organização tradicional, que limitavam o seu poder. Lembravam que em todas as grandes crises históricas o reino fora chamado a pronunciar-se definindo os grandes princípios da monarquia, as liberdades e franquias dos povos, que cada novo rei jurava respeitar. Face às pretensões do partido constitucional, que via no regime

parlamentar a única forma de representação da vontade dos povos, o Visconde de Santarém, na sua monumental recolha de documentos para a história e teoria das Côrtes Gerais,

afirmava que “a prioridade da nossa Representação pelos três Estados é muito mais antiga, que a das outras nações da Europa”. E aos que pensavam que as constituições eram a única defesa dos povos contra a tirania, lembrava “que nas matérias tratadas nas nossas antigas Côrtes se encerram muitos, e importantes princípios de Direito Público, e das garantias individuais tão reclamadas pelos Publicistas modernos”.

O reinado de D. Miguel foi uma espantosa sucessão de erros políticos, diplomáticos e militares. A espontaneidade, que tinha sido a grande força na ascensão do miguelismo ao poder, foi também a sua maior fraqueza enquanto governo. O

predomínio das manifestações de rua, dos bandos zelosos que perseguiram os suspeitos de liberais ou maçons, dos aderentes cheios de entusiasmo e sem outro plano senão o de acabar com os “malhados”, deu ao reinado de D. Miguel uma feição anárquica, que assustou e afastou mesmo alguns dos ponderados



## D. MIGUEL E O MIGUELISMO



O governo de D. Miguel, entretanto, atolava-se num conflito diplomático com a França, de que resultou o bombardeamento de Lisboa. Os liberais ganharam alento. Estabelecido o governo constitucional na Ilha Terceira, único ponto do território português onde a autoridade de D. Miguel não lograra impor-se, daí conduziu a expedição ao continente. Desembarcados no Mindelo, os sequazes de D. Maria II em poucas semanas ocuparam o Porto, onde não encontraram resistência. Cercados por um forte contingente de tropas fiéis a D. Miguel, os comandantes da causa liberal fizeram prova da sua ousadia estratégica, destacando um contingente que se dirigiu por mar até ao Algarve, e daí seguiu quase sem encontrar resistência até Lisboa. Derrotadas as forças miguelistas em Almada, o governo presidido pelo Duque de Cadaval, num acesso de pânico, decidiu a evacuação de Lisboa pelas autoridades realistas, reduzindo assim o governo de D. Miguel à condição de um grupo de guerrilheiros, que se arrastou de derrota em derrota até Maio de 1834.

Nos manuais escolares a Convenção de Évora

## LOJA ONLINE

[www.reallisboa.pt](http://www.reallisboa.pt)

Estes e outros produtos à sua espera em [www.reallisboa.pt](http://www.reallisboa.pt) ou pelo telefone 213 428 115

**7.50€**  
T-shirt

**10€**  
T-shirt

**9.50€**  
Pulseira

**12€**  
Isqueiro

**4€**  
Galhardete

**17.50€**  
Bandeira (100x70cm)

**5€**  
Autocolante

**15€**  
Guarda-chuva dobrável

**10€**  
Panamá

**42.50€**  
Gravata de seda

**Vinho Real Real**

Tinto .....	6€
Branco .....	6€
Tinto Reserva .....	13€
Pack 3 Vinhos .....	25€

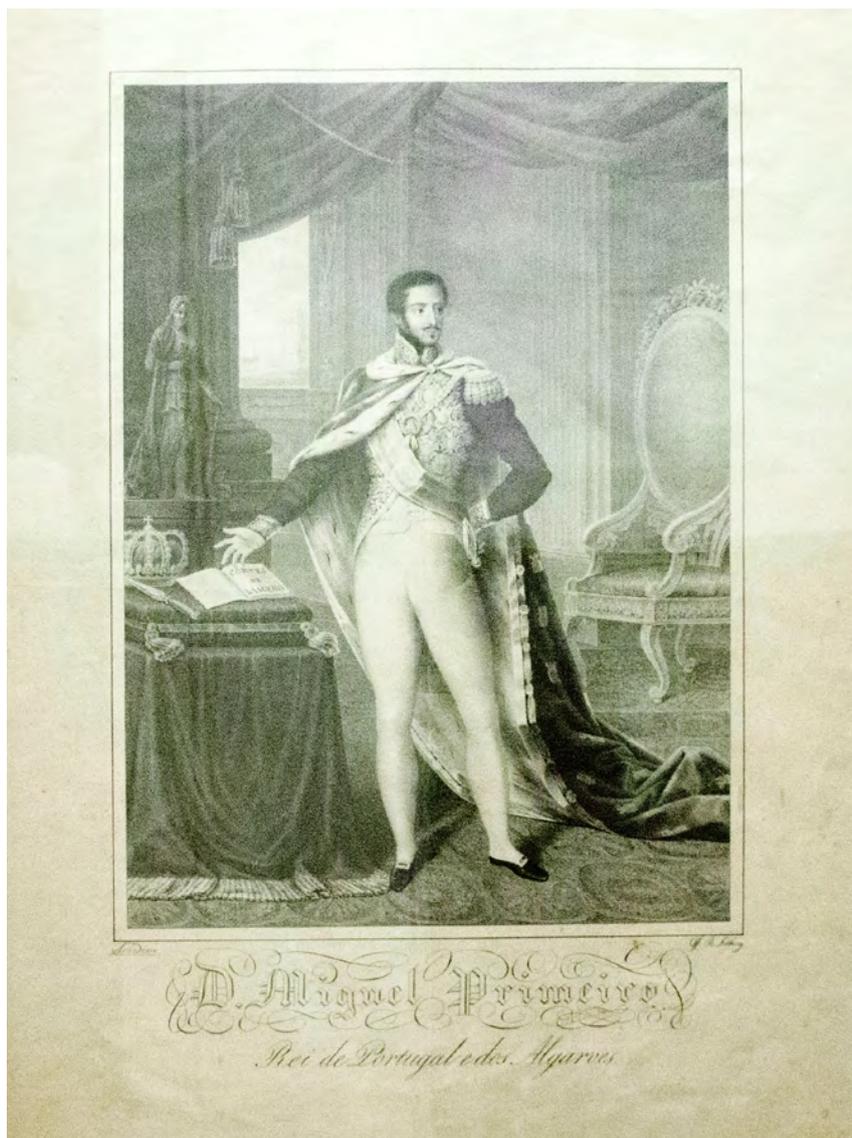
## D. MIGUEL E O MIGUELISMO

Monte, em 1834, põe termo à guerra civil e ao miguelismo. O mesmo não acontece na memória de quantos viveram a conturbada época posterior à guerra civil. O exílio de D. Miguel não significou de modo nenhum o início de uma era de paz. O miguelismo, vencido no terreno militar, tinha ainda poderosas cartas a jogar, e os vencedores, desencadeando um processo de perseguições e vinganças, não favoreceram o abandono dos campos de batalha. No campo diplomático e religioso, o novo regime encontrava obstáculos espinhosos. Os prelados da maior parte das dioceses recusavam abertamente a obediência ao governo, incitavam os povos à defesa do legítimo rei e fulminavam a impiedade dos liberais. O

*O reinado de D. Miguel foi uma espantosa sucessão de erros políticos, diplomáticos e militares. A espontaneidade, que tinha sido a grande força na ascensão do miguelismo ao poder, foi também a sua maior fraqueza enquanto governo.*

Papa, em consistório secreto, dava a conhecer aos cardeais os muitos agravos que a igreja recebera do novo governo instalado em Lisboa. Mesmo no plano militar, a vitória nominal do exército de D. Maria II não implicou o domínio de todo o território. O interior do país estava assolado pela guerrilha miguelista, por todos os lados estalavam os focos de rebelião e mesmo depois de vencidos os guerrilheiros não desarmavam. Nos vinte anos seguintes, os levantamentos e motins a favor de D. Miguel tornaram-se um dos maiores pesadelos dos governos instalados em Lisboa. No parlamento, nos jornais e mesmo nos romances de inspiração liberal, o miguelismo era uma causa vencida, um pequeno partido

que se pusera à margem da evolução da sociedade portuguesa. Os desabafos dos políticos, no entanto, mostram que conheciam bem a forte e entranhada afeição que os povos do interior do país conservavam ao rei exilado. Quando estalou a revolta da Maria da Fonte, em 1846, o Duque de Saldanha, presidente do ministério, confidenciou ao embaixador britânico que se preocupava muito mais com os miguelistas que com os setembristas. Todo o interior do país era miguelista, e quando alguma povoação tinha razões de queixa contra o governo, por motivo de novos impostos ou outros, logo expulsava as autoridades e aclamava D. Miguel. A implantação do miguelismo era conhecida e cobiçada pelos políticos do liberalismo que se opunham aos governos cartistas. O partido setembrista, que lutava em nome da soberania popular e da Constituição de 1822, conseguia amotinar por vezes a população das grandes cidades, mas não encontrava o eco que desejava no país rural. Por isso,



## D. MIGUEL E O MIGUELISMO

na década de 1840 assistiu-se a uma progressiva aproximação dos dois partidos que defendiam princípios opostos, o do poder real e o do poder popular. Contra o “devorismo” dos Cabrais e a submissão ao estrangeiro, uniam forças e punham o país em polvorosa.

O miguelismo tinha-se dotado entretanto de um corpo de doutrina mais explícito que o dos tempos em que bandos populares aclamavam pelas ruas o seu “rei absoluto”. Nos escritos de D. Francisco Alexandre Lobo, Visconde de Santarém, José Acúrsio das Neves, Gama e Castro, Ribeiro Saraiva, colhia-se a apologia de uma monarquia de inspiração tradicional, em que o rei exercia o poder efectivo, mas limitado por leis, costumes e franquias dos povos, atribuindo larga parte do poder às instituições municipais, e sempre aconselhado pela representação nacional. Esta doutrina tornou-se programa oficial do partido legitimista pela declaração de 24 de Junho de 1843, em que se definiam as condições de uma restauração do trono de D. Miguel. Nessa declaração explica-se que o único meio de salvar a nação é “o restabelecimento da sabia e bela antiga Constituição Nacional, coeva da Monarquia, e com esta nascida, criada, desenvolvida, identificada”. Esse programa não implicava uma monarquia estática, como afirmavam os seus adversários, mas sim que o “princípio de melhoria e aperfeiçoamento progressivos, na Administração, no Governo, nas Instituições, nas Leis, adequados ao adiantamento social da nossa idade” se devia fazer pelos órgãos regulares da Representação Nacional, sem os quais as reformas não seriam válidas. O programa legitimista fazia uma crítica dos abusos que se haviam introduzido na monarquia portuguesa desde o século XVIII, mas sobretudo no século XIX. Rejeitava assim a herança política do regalismo centralizador de D. João V e D. José, via nele o precursor do regime parlamentar e propunha a restituição das suas prerrogativas aos órgãos da monarquia tradicional a que o absolutismo e o parlamentarismo tinham retirado todos os poderes: Côrtes, Tribunais, Conselhos, Corporações e Magistraturas.

*Derrotadas as forças miguelistas em Almada, o governo presidido pelo Duque de Cadaval, num acesso de pânico, decidiu a evacuação de Lisboa pelas autoridades realistas, reduzindo assim o governo de D. Miguel à condição de um grupo de guerrilheiros, que se arrastou de derrota em derrota até Maio de 1834.*

*Quando estalou a revolta da Maria da Fonte, em 1846, o Duque de Saldanha, presidente do ministério, confidenciou ao embaixador britânico que se preocupava muito mais com os miguelistas que com os setembristas.*

Em 1851 o regime constitucional encontrou o seu ponto de equilíbrio, instaurando a política de fomento e obras públicas que ficou conhecida pelo nome de regeneração, apoiada num sistema de governo rotativo, em que os partidos regenerador e progressista partilhavam o poder gerindo as benesses do orçamento e as clientelas partidárias, de modo a que o partido no governo ganhasse sempre as eleições.

O partido legitimista fazia oposição pelos meios legais. Não tinha uma máquina eleitoral que lhe permitisse eleger grande número de deputados, nem esse era o seu propósito, mas tinha um jornal de grande tiragem, “A Nação”, capaz de arrastar atrás de si grandes movimentos de opinião, como aconteceu em 1860 quando as tropas piemontesas cercaram o Papa em Roma. “A Nação” publicou um protesto contra a violência a que Pio IX se encontrava sujeito, o que deu origem a um gigantesco movimento de abaixo-assinados em apoio deste jornal. Durante um ano, todos os dias o órgão do legitimismo publicou extensas listas de apoiantes que lhe chegavam de todas as freguesias do país, até chegar ao número de 60.000 assinaturas, talvez o maior abaixo-assinado da história da monarquia portuguesa.

O rei D. Miguel casara em 1851, o que tinha dado aos seus fiéis a garantia de continuidade dinástica. O legitimismo tornara-se uma causa europeia. Os miguelistas faziam causa comum com os Bourbons de Nápoles e de Parma, com os seguidores do Conde de Chambord em França e com os Carlistas em Espanha.

Pelos finais do século XIX, o pensamento liberal dividia-se na interpretação do miguelismo. Uma corrente mantinha-se fiel ao discurso do tempo da guerra civil, não reconhecendo nele mais do que um pequeno partido organizado na côrte, hostil a todas as novidades, apegado à velha hierarquia social e renitente em acompanhar o movimento progressivo da sociedade. Esta interpretação evitava, naturalmente, debruçar-se sobre o carácter popular do miguelismo, a sua evolução histórica

## D. MIGUEL E O MIGUELISMO

e a sua capacidade de resistência. Outra corrente, de que Oliveira Martins foi o mais notório arauto, via no miguelismo um fenómeno messiânico, a genuína expressão do carácter português, a idolatria de um rei em quem o povo via retratado o seu mais puro expoente, com todos os seus defeitos e todas as suas qualidades. O reinado de D. Miguel teria decorrido, segundo a colorida descrição de Oliveira Martins, numa atmosfera de exaltação colectiva, num estado de efervescência permanente, traduzido na delirante adoração do rei e na obsessiva perseguição aos “malhados”.

Aqueles que insistiam em ver no miguelismo um fenómeno marginal e passageiro de resistência aos tempos modernos, viriam a receber nas primeiras décadas do século XX um eloquente desmentido. A implantação da república, com o seu cortejo de violências e arbitrariedades, veio a despertar as forças dormentes no campo monárquico, e revelou com particular energia todo o potencial ideológico que se conservava no seio do tradicionalismo miguelista. A investida intelectual e política do Integralismo Lusitano, desde 1914,

veio subverter todo o jogo de forças que se tinha definido no interior da república portuguesa. O tradicionalismo de inspiração miguelista tornou-se a força dominante no campo monárquico, mesmo entre aqueles que se conservavam fiéis ao rei D. Manuel. Um miguelismo renovado em idade e em poder de argumentação, capaz de conquistar

adeptos nos meios literários e académicos, foi a grande novidade da década. Misturando a audácia nas concepções políticas, nas interpretações históricas e sociológicas, com uma erudita e desassombrosa rejeição dos mitos republicanos, liberais e progressistas, tudo isto servido pelo talento literário de António Sardinha, Almeida Braga, Pequito Rebelo, Alberto de Monsaraz e muitos outros, o Integralismo Lusitano deu o exemplo de um movimento que consegue movimentar-se com igual à-vontade nas altas esferas intelectuais e nas mais imediatas manobras políticas. O Integralismo Lusitano reavivou a tradição do pensamento político português, desenterrou do pó das bibliotecas as obras produzidas em 1640 para justificarem a realeza de D. João IV e as que dois séculos mais tarde sustentaram as pretensões de D. Miguel.



## D. MIGUEL E O MIGUELISMO

Apoiado nestes predecessores, deu corpo a uma doutrina tradicionalista que se filiava nos juristas da restauração, se retemperava nos paladinos da contra-revolução miguelista, e acompanhava a evolução da doutrina social da igreja.

Propunha assim uma monarquia orgânica, encabeçada por um rei dotado de poder na definição das grandes orientações políticas, em comunhão com uma assembleia onde estivesse corporativamente representada a nação, tendo nela assento os organismos vivos que dessem voz a todos os ramos de actividade social, económica, cultural e religiosa. Conscientes de que o combate político nada vale quando não está acompanhado de intensa pugna pela interpretação da história e das correntes filosóficas que disputam a conquista das consciências, os militantes do integralismo sustentaram intenso confronto crítico com todos os grupos intelectuais que se mostravam pujantes, desde a “Renascença Portuguesa”, porta-

*Aqueles que insistiam em ver no miguelismo um fenómeno marginal e passageiro de resistência aos tempos modernos, viriam a receber nas primeiras décadas do século XX um eloquente desmentido.*

voz do saudosismo, à Seara Nova, órgão de um republicanismo crítico, não deixando incólumes os aspirantes a mestres das novas gerações, desde o racionalista António Sérgio até Leonardo Coimbra, o inspirador da “Filosofia Portuguesa”. Com esta atitude de viril desafio intelectual e político, o tradicionalismo miguelista constituiu-se um dos mais influentes movimentos de ideias em Portugal, não apenas pela reconhecida herança que deixou em toda a política contemporânea, mas também pelo estímulo do embate crítico, que forçou os seus oponentes a uma rigorosa fundamentação das teses em que se firmavam.

*O Integralismo Lusitano reavivou a tradição do pensamento político português, desenterrou do pó das bibliotecas as obras produzidas em 1640 para justificarem a realeza de D. João IV e as que dois séculos mais tarde sustentaram as pretensões de D. Miguel.*

SE FORMOS MAIS,  
SEREMOS MAIS FORTES

INSCREVA UM AMIGO  
PARA A NOSSA CAUSA!



CAUSA REAL  
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

INFORMAÇÕES EM:

CAUSAREAL.PT - TEL. 213 428 115

\* CONTINUAÇÃO DA PAG. 13

## Lista dos actuais órgãos sociais

(eleitos a 29 de Outubro de 2016):

### Mesa do Congresso

**Presidente:** Carmo Pinheiro Torres

**Vice-Presidente:** Carlota Arantes

**Secretária:** Constança Abelaira Marques

### Direcção Nacional

**Presidente:** Gonçalo Martins da Silva

**Vice-Presidentes:** Nuno de Albuquerque Gaspar,  
António Maria Saldanha, Carlos Sá

**Secretário-geral:** André Lopes Cardoso

**Tesoureira:** Margarida Sarreira Amaro

**Vogais:** Jorge António Araújo, Pedro Costa Lira,  
Tiago Almeida Matias, Maria Margarida Corrêa  
Martins, Miguel Monteiro Marquito, David Luís de  
Mendonça e Luís Nunes dos Santos

### Conselho Fiscal

**Presidente:** Vicente Cardoso

**Vogais:** Guilherme Sanches de Miranda e Diogo  
Bernardo Moura

Desejo-lhes o melhor ao serviço dos jovens portugueses e do seu Rei.

Deixo aqui um trecho da Carta do Tenente-Coronel Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real Dom Luís Filipe, que li no Congresso da JMP e que representa bem o espírito destes jovens:



*“[...] ninguém como o Rei tem de se esquecer de si para pensar em todos, [...] ninguém como ele tem que levar a abnegação ao maior extremo, ninguém como ele precisa de ser soldado na acepção mais lata e sublime desta palavra. [...] o Rei é uma sentinela permanente que não tem folga porque, nomeado por Deus, só Ele o pode mandar render e então enviar-lhe a morte a chamá-lo ao descanso. Enquanto vive tem o Rei de conservar os olhos sempre bem abertos, vendo tudo, olhando por todos. Nele reside o amparo dos desprotegidos, o descanso dos velhos, a esperança dos novos; dele fiam os ricos a sua fazenda, os pobres o seu pão e todos nós a honra do país em que nascemos, que é a honra de todos nós! Para semelhante posto só pode ir quem tenha alma de soldado!”*

**Diogo Tomás**  
**Tesoureiro da Causa Real**



## RAL: novo sítio na internet [www.reallisboa.pt](http://www.reallisboa.pt)

O novo sítio na internet da Real Associação de Lisboa, vem responder à necessidade de modernização da plataforma, agora com um desenho ajustável a todos os dispositivos electrónicos, e de navegação mais intuitiva em que se inclui uma atraente loja online e além de uma área para inscrição de novos associados e pagamento de quotas. Este é o primeiro passo de um projecto mais alargado para a gestão em rede da comunica-

ção da Real Associação de Lisboa com os seus associados e simpatizantes, dado graças ao generoso contributo da empresa White Road Software do nosso associado Nuno Filipe Valente.

De notar que este novo 'site' inclui com destaque o acesso a uma página para a apresentação da Casa Real Portuguesa do ponto de vista político e jurídico, que queremos que venha suprir uma evidente lacuna sentida



por quem quer conhecer a Família Real Portuguesa e os fundamentos que sustentam a sua legitimidade de forma isenta. •



No dia 3 de Junho a Real Associação de Lisboa esteve representada com um espaço de exposição na Festa do Dia do Vizinho que decorreu no Jardim das Amoreiras.

S.A.R. o Senhor Dom Duarte de Bragança marcou presença com uma



visita a esta festa promovida pela Associação Boa Vizinhança com o apoio da Junta de Freguesia de Santo António. Estiveram também presentes o Presidente daquela Junta de Freguesia, Dr. Vasco Morgado, o Sr. Vereador Gonçalves Pereira e um adjunto do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.



Nesta festa juntaram-se os mais diversos expositores e bancas de diferentes produtos e actividades, com as presenças das instituições desta área de Lisboa, entidades do terceiro sector, além dos mais variados tipos de animação (musical, artes circenses, poesia etc.). •



## Jantar Núcleo de Odivelas

ODIVELAS, 4 DE JUNHO DE 2016

Decorreu no dia 4 de Junho, na cervejaria Casa dos Caracóis, o II jantar de Verão do Núcleo de Odivelas da Real Associação de Lisboa.

Sob a presidência de Abílio Santos e Ricardo Gomes da Silva da Direcção deste núcleo concelhio e com a presença de João Távora, presidente da RAL, e de Nuno Albuquerque, presidente da JMP de Lisboa, este encontro reuniu, além de associados, representantes das forças

vivas deste populoso município.

Entre os convidados estiveram Sandra Pereira, deputada à Assembleia da República pelo PSD, os autarcas Domingos Cabaço e José Maria Pignatelli, deputados municipais do PSD e do CDS-PP, João Pedro Galhofo, presidente da Juventude Popular, Fátima Pires, Laurinda e Armindo Cardoso, militantes centristas, e os sociais-democratas Ana Monteiro e Pedro Martins. •

## Homenagem aos combatentes

LISBOA, 10 DE JUNHO DE 2016

No dia 10 de Junho decorreu uma vez mais, junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém, a habitual homenagem a todos os homens e mulheres que tombaram em

defesa dos valores e da perenidade da Nação Portuguesa no Ultramar. Este acontecimento pleno de dignidade conta sempre com a presença do Chefe da Casa Real Portuguesa e é marcado

por uma grande comoção patriótica e adesão popular. A Real Associação de Lisboa, como já é tradição, esteve representada pelo seu presidente. •

## XXII Congresso da Causa Real

AVEIRO, 15 DE OUTUBRO DE 2016

O XXII Congresso da Causa Real, este ano organizado pela Real Associação da Beira Litoral, decorreu no dia 15 de Outubro no Museu de Aveiro.

Na parte da manhã, após o voto de pesar e um minuto de silêncio pela morte do Rei da Tailândia, discutiram-se os pontos determinados na Ordem de Trabalhos, tendo-se procedido à análise, discussão e votação do Relatório de Actividades e Contas relativo ao ano de 2015, apresentado pelo presidente da Causa Real, e que foi aprovado por maioria.

No ponto de situação actual do Movimento e da execução da moção de estratégia aprovada no anterior congresso, foi dada a notícia da aprovação pelo Conselho Superior da criação da Real Associação de Trás-Os-Montes seguindo-se as intervenções de vários elementos da direcção da Causa Real, nomeadamente Rui Gomes Araújo, na parte relativa à organização e estrutu-

ra e às Reais Associações, Diogo Tomás Pereira a propósito de uma nova proposta ligada aos cartões de associado e Teresa Corte-Real quanto ao Projecto Educar. Em seguida interveio Tomás Moreira, fazendo o ponto de situação da proposta de revisão da Lei das precedências no Protocolo de Estado, no sentido de dar um estatuto oficial e protocolar a SAR o Duque de Bragança. Os congressistas foram como sempre bastante interventivos.

Por último, procedeu-se à eleição de um membro da Comissão Executiva da Direcção (Guilherme Sampaio) com nova reconfiguração dos cargos de Secretário-Geral (Rui Gomes de Araújo) e Tesoureiro da Direcção (Diogo Pereira).

Após o almoço que contou com a presença de Sua Alteza Real o Duque de Bragança, seguiu-se uma arruada pelas ruas de Aveiro.

Na parte da tarde, decorreu um ani-



mado debate aberto ao público subordinado ao tema – “Modelos e Regimes Constitucionais nos 40 Anos da Constituição Portuguesa”, moderado pelo presidente da Causa Real, Dr. António de Souza-Cardoso e com intervenções da Dr.ª Paula Leite Marinho (advogada e canonista), do Eng.º José Ribau Esteves (Presidente da Câmara Municipal de Aveiro) e do Prof.º Doutor João Pacheco de Amorim (Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Porto).

Depois do encerramento do Congresso realizou-se ainda uma visita ao túmulo de Santa Joana Princesa, a actuação do coro Voz Nua na capela do Museu e um jantar comemorativo do XXII Congresso com a presença de Sua Alteza Real D. Duarte Pio. •



No dia 1 de Outubro decorreu na Academia da Estrela mais um concorrido debate promovido pela Real Associação de Lisboa.

Para conversar sobre o tema “Cinco de Outubro e D. Manuel II – Histórias e ficções” estiveram na mesa dois conhecidos jornalistas, Fernando Madaíl e Nuno Galopim, ambos autores de romances relacionados com a revolução republicana e o último rei, “A Costu-

## Debate: Cinco de Outubro e D. Manuel II - Histórias e ficções

LISBOA, 1 DE OUTUBRO DE 2016

reira sem cabeça” e “Manuel II – Os últimos dias do Rei”, respectivamente, com distintos olhares e sensibilidades sobre os acontecimentos.

No vivo debate moderado pelo presidente da Real Associação de Lisboa João Távora ambos os autores contaram as suas diferentes, mas fascinantes experiências sobre a génese dos seus livros e a sua constante preocupação em estudar profundamente a época, os lugares e as pessoas e em incluir factos históricos nos seus romances, não obs-

tante a divergente perspectiva.

Os presentes foram, como sempre, entusiastas e participantes, colocando várias questões aos escritores, pelo que foram discutidos tópicos diversificados, desde pormenores da revolução republicana e da Primeira República, seus protagonistas mais conhecidos e mais obscuros, déspotas e perseguidos e o papel dos monárquicos, até às dificuldades com que ainda hoje se deparam os monárquicos em divulgar a sua mensagem. •

# A Real Associação de Lisboa homenageou a Senhora Infanta Dona Maria Adelaide de Bragança

LISBOA, 5 DE MARÇO DE 2016

Uma tarde de emoções fortes na justa homenagem promovida pelo Núcleo do Sul do Tejo



No dia 10 de Setembro teve lugar em Cacilhas, Almada, a bordo da Fragata D. Fernando II e Glória, uma homenagem à Senhora Infanta Dona Maria Adelaide que viveu, desde que em 1949 veio viver para Portugal, na Trafaria e aí faleceu em 2012 com cem anos. A iniciativa reuniu cerca de 100 pessoas, entre as quais Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança seu sobrinho, os filhos, noras e genro e vários netos e bisnetos. Também presentes o Comandante da Fragata, Comandante João Franco Facada, o Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Almada, Eng.º António de Matos em representação da edilidade, membros da direcção da Real Associação de Lisboa e do seu Núcleo do Sul do Tejo.

Para dar testemunho da vida e da obra da Senhora Dona Maria Adelaide, foram oradoras a escritora Raquel Ochoa, autora da sua biografia “A Infanta rebelde” e a Senhora D. Maria de Lurdes Seixas, colaboradora próxima de mais de vinte anos na sua acção social na Fundação D. Nuno Álvares Pereira, que criou para apoiar as pessoas com graves carências da Trafaria.

No início da sessão falaram o Presidente da Real Associação de Lisboa, João de Lancastre e Távora, que enalteceu as virtudes da homenageada, enfatizando que era “uma verdadeira princesa” e o Comandante José Rocha e Abreu, da direcção do Núcleo, que explicou a decisão de recordar e homenagear a Senhora Infanta, que considerou ser uma das pessoas “mais ricas,

interessantes e humanas do nosso país”.

Um bisneto da Senhora Dona Maria Adelaide, Dinis, de nove anos, leu um texto escrito por si que referia a coragem e o espírito positivo da bisavó, bem como a paixão pelos animais. No entanto, o que mais tocou o coração dos presentes foi quando Dinis disse que a Infanta tinha o dom de saber perdoar os outros e suscitou emocionados aplausos.

O primeiro testemunho foi o de Raquel Ochoa que recordou o que aprendeu com a Senhora Maria Adelaide de Bragança durante a elaboração da obra. Raquel Ochoa confessou que realizar a biografia romanceada com factos verídicos foi “um desafio imenso por causa dos factos históricos que marcaram a vivência da Senhora Infanta”, desde logo as duas guerras mundiais. No livro só estão relatados pormenores da infância porque D. Maria Adelaide entendeu que as questões políticas poderiam suscitar controvérsia que queria evitar.

A forma como a homenageada viveu a infância foi muito bem detalhada pela escritora no livro que demorou um ano a escrever. Raquel Ochoa disse que se tratava de uma criança traquina e corajosa por não gostar de acatar ordens e ter enfrentado pais e professores numa altura em que as aulas de ginástica só estavam acessíveis aos rapazes. No plano social, a autora destacou a vontade da Senhora Infanta de erradicar de famílias inteiras a extrema pobreza em que viviam.

A convivência acabou por gerar empatia entre as duas. Raquel Ochoa não tem dúvidas que conheceu uma “pessoa excepcional que me marcou bastante”.

O segundo testemunho veio da Senhora D. Maria de Lurdes Seixas, que colaborou com a Senhora Dona Maria

Adelaide na Fundação D. Nuno Álvares Pereira, e que historiou a criação da instituição criada sob a sua égide relatando vários episódios demonstrativos do empenho da Senhora Infanta na acção social, a sua abnegação e espírito de iniciativa na ajuda sobretudo às crianças mais pobres, em termos de alojamento, alimentação, educação e cuidados de saúde.

Usou da palavra por último, Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte, que começou por dizer que se tratava de uma homenagem justa e oportuna porque a tia era “um exemplo para todos nós”.

No início não faltaram agradecimentos à Real Associação de Lisboa pela organização do evento, tendo também felicitado a participação da Marinha Portuguesa e da Câmara Municipal de Almada, além de sugerir a leitura do livro de Raquel Ochoa.

O exemplo da Senhora Dona Maria Adelaide de Bragança durante a vida não servia apenas para a família. A sociedade portuguesa também acabou por beneficiar das acções caridosas e do espírito de civismo e patriotismo. Referiu que as principais qualidades da Senhora Infanta eram a generosidade, caridade e a sensibilidade política, tendo considerado que “estava à frente da sua época em termos de pensamento”.

Associando-se à cerimónia quatro elementos da Banda da Armada ofereceram um momento musical muito apreciado e aplaudido. Foi servido depois a todos os presentes um Moscatel de Honra. •



# Inauguração da estátua de S. Nuno de Santa Maria, o Condestável

LISBOA, 11 DE NOVEMBRO DE 2016

Foi inaugurada, no dia 11 de Novembro, em Lisboa, uma estátua de S. Nuno de Santa Maria, Condestável, a primeira desta cidade. Perpetua-se assim, no cimo da Avenida da Torre de Belém, a justa e sentida homenagem a D. Nuno Álvares Pereira, Condestável do Reino e Santo português.

Dignaram-se marcar presença SSAARR os Senhores Duques de Bragança e o Príncipe da Beira, descendentes de S. Nuno de Santa Maria, Sua Eminência o Senhor Cardeal-Patriarca,



o Presidente da República, o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, os Chefes dos três ramos das Forças Armadas, o Presidente da Comissão de S. Nuno, D. Nuno Van Uden, o Presidente da Câmara de Lisboa, além de outras individualidades e numerosos lisboetas que não quiseram deixar de associar-se a esta cerimónia.

Esta iniciativa, que brotou da sociedade civil, constituiu um momento singular de elevação espiritual e exaltação patriótica, uma justíssima



homenagem àquele que é seguramente um dos maiores heróis da rica História de Portugal. •

## Colóquio Tratado de Zamora

BRAGA, 5 DE OUTUBRO DE 2016

A Real Associação de Braga promoveu, no dia 5 de Outubro, o II colóquio intitulado Tratado de Zamora no salão nobre da Universidade do Minho.

Os ilustres palestrantes foram José Augusto Sottomayor Pizarro e Luis Carlos Ferreira do Amaral, professores na Faculdade de Letras do Porto e Artur Barros Moreira, professor assistente convidado da Universidade Lusófona do Porto e investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

Os trabalhos foram conduzidos por Gonçalo Pimenta de Castro, presidente da Real Associação de Braga, tendo o colóquio sido moderado por António de Souza-Cardoso, presidente da Causa Real, contando ainda com a participação especial de José Aníbal Marinho Gomes, presidente da Real Associação de Viana do Castelo.

Contando com sala cheia, o debate foi aceso e muito participado. •

## Missa da Fundação

COIMBRA, 5 DE OUTUBRO DE 2016

Promovida como habitualmente pela Real Associação de Coimbra e com a presença das Reais Associações da Beira Litoral e de Viseu, teve lugar, no dia 5 de Outubro, a comemoração do 873.º Aniversário da Fundação da Nacionalidade, com uma celebração na Igreja do Mosteiro de Santa Cruz.

A missa de sufrágio pela alma do Rei Fundador e dos seus descendentes foi presidida pelo Sr. Vigário Geral da Diocese de Coimbra, Pe. Pedro de Miranda tendo a animação litúrgica ficado a cargo do Grupo Coral Ançã-ble.

Seguiu-se uma cerimónia evocativa da efeméride, junto aos túmulos dos Reis fundadores com a deposição de uma coroa de flores no túmulo de D. Afonso Henriques e de uma palma no túmulo de D. Sancho I. •



## Notícias da Real Associação do Porto



No decurso de 2016, a Real Associação do Porto empenhou-se em dar a conhecer a Causa Real e a sua Real Associação através dos seus eventos e realizações, dos quais se destacam alguns:

### Jantar Debate de 19 de Maio

Em Maio teve lugar um participado e interessante jantar debate no Grande Hotel do Porto, em que foi palestrante o Presidente da Causa Real, António de Souza-Cardoso.

### Palestra de 02 de Junho

Em Junho, realizou-se, na sede da Real Associação do Porto, uma animada Palestra/Debate, sob o tema “O Rei dos Portugueses”, em que foi palestrante Tomás Moreira, Vice-Presidente da Causa Real.

### Taça Duque do Porto 2016 - Março a Outubro

A “Taça Duque do Porto”, na sua terceira edição, superou o sucesso dos dois primeiros anos. Este ano, o torneio realizou-se em 9 campos de golfe, de Ponte de Lima a Miramar, passando por Amarante e Viseu, com uma participação de mais de 700 jogadores.

A grande final, no dia 1 de Outubro, terminou com um muito aplaudido jantar, na Estela, presidido por S.A.R. a Senhora Dona Isabel.

Este torneio, que acrescenta uma maior visibilidade junto de um grande e variado público, tem sido essencial para a viabilidade da Real Associação do Porto, pelos patrocínios obtidos.

O reconhecimento aos patrocinadores, apoiantes e parceiros deste evento, bem

como as notícias, fotografias e informações estão publicados na página de internet [www.realporto.pt](http://www.realporto.pt) e no facebook Taça Duque do Porto.

### Real Clube dos Motociclistas

A Real Associação do Porto propôs-se lançar uma nova actividade, que será designada como “Real Clube dos Motociclistas” dirigida a todos os associados da Causa Real e a todos os simpatizantes. Este Real Clube irá organizar diversos passeios de motas por Portugal, com as bandeiras monárquicas, visitando sítios históricos e espalhando a “CAUSA”. O seu arranque está previsto para Janeiro de 2017.

Há uma grande expectativa de que este novo desafio também venha a ser um sucesso e que permita alargar a base de apoiantes da Causa Real.

### Jantar do 27º Aniversário

Em 26 de Outubro, teve lugar o Jantar Comemorativo do 27º Aniversário da Real Associação do Porto, como tem sido tradição, na Casa dos Arcos, com a presença de SS.AA.RR. os Duques de Bragança.

O jantar, muito participado e apreciado, com um agradável momento musical, proporcionou um excelente convívio de afirmação e dedicação à



Casa Real e à Causa Monárquica.

### Exposição de Amadeo de Souza Cardoso

Finalmente, destaca-se a já esgotada visita especial e guiada para os associados da Real Associação do Porto, no dia 18 de Novembro, ao Museu Soares dos Reis, para a extraordinária exposição de Amadeo de Souza Cardoso. •



## Actividades da Real Associação de Viana do Castelo

Entre outras actividades, e além da publicação de dois números do boletim informativo digital Real Gazeta do Alto Minho, em Julho e Outubro, a Real Associação de Viana do Castelo organizou a 10 de Setembro, o jantar das Feiras Novas, comemorativo do seu 26º aniversário, já que foi fundada

a 7 de Setembro de 1990.

Outra iniciativa de mérito foi a organização dos concursos escolares no ano lectivo 2015/2016, sobre o tema “O Primeiro de Dezembro de 1640 - A Restauração da Independência de Portugal”, intitulados “Viagem no

Tempo” para os alunos do 1.º Ciclo e “Um Concurso Para Ti” para os alunos dos 2.º e 3.º Ciclos e que esteve aberto aos alunos de todas as Escolas do Alto Minho, sendo os respectivo prémios entregues no dia 30 de Novembro. •

## Actividades da Real Associação de Viseu

Após a organização da conferência, em 25 de Maio, subordinada ao tema “O Rei e a Constituição” proferida pelo Professor Doutor Manuel Braga da Cruz, na Associação Comercial de Viseu onde estiveram presentes, entre outras entidades, a Dra. Odete Paiva, Vereadora da Cultura, e o Coronel Francisco Rijo, Comandante do RI14,

a Real Associação de Viseu promoveu, em Junho, a VIII Viagem ao país real, desta vez a Penalva do Castelo, com visita à Ínsua, Mosteiro do Santo Sepulcro, Misericórdia e Adega Cooperativa, incluindo recepção na Câmara de Penalva e palestra sobre a Ordem Militar do Santo Sepulcro.

Ainda em Junho e, pela terceira vez, a Real Associação de Viseu organizou um concerto pelo coro do Queen’s College de Oxford na Sé Catedral de Viseu com a presença de Suas Altezas Reais os Senhores Duques de Bragança, o Príncipe da Beira Senhor D. Afonso de Santa Maria a que se seguiu um jantar. •

## Criação do Núcleo de Tomar

**TOMAR, 28 DE OUTUBRO DE 2016**



Na reunião mensal da Direcção da Real Associação do Ribatejo, em 28 de Outubro, procedeu-se à formalização da criação do Núcleo de Tomar daquela Real Associação, com um modelo de estrutura integrado na rede que Real Associação do Ribatejo está a implementar na área geográfica definida pela Causa Real.

do Núcleo de Tomar, Dr. Bernardo Maria da Costa Macedo Júdice da Costa, Dr. Bruno Miguel Ribeiro Castro, eleito como Coordenador do Núcleo e o Major Rui António dos Prazeres Escudeiro.

Participaram também, neste importante momento, monárquicos convidados das cidades de Tomar, Abrantes e Torres Novas. •

Estiveram presentes os fundadores



## FICHA TÉCNICA

**TÍTULO:** A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança

**AUTORA:** Ana Isabel Buescu

**PREFÁCIO:** Artur Anselmo

**EDITOR:** Biblioteca Nacional de Portugal

Apoio: Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar

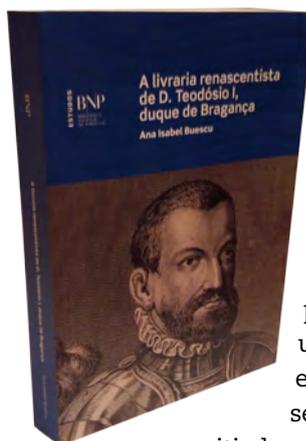
**PÁGINAS:** 385, ilustradas **PREÇO:** 20 €

**ISBN:** 978-972-565-577-1

Depois de o Palácio Nacional da Ajuda nos ter mostrado a surpreendente colecção de louça de mesa *art déco* da família real e mais tarde nos elucidar acerca da rainha D. Amélia fotógrafa (toda uma modernidade), deparamo-nos agora com este livro que a Biblioteca Nacional — em cujo átrio um busto de D. Manuel II persiste ainda em reconhecimento da valiosa doação para os fundos bibliográficos nacionais do jovem monarca já exilado (que a Inglaterra vai homenagear em 2017 pela sua acção humanitária de apoio directo a feridos da primeira grande guerra) — dedica à biblioteca renascentista do 5.º duque de Bragança (1510-63), «a maior colecção de livros em Portugal e uma das grandes colecções de livros da Europa do tempo», como se sublinha na contracapa.

Aos poucos, por evidência evidente e irrefutável que o rigor científico exige mas nem sempre se cumpre, qualidades intrínsecas das dinastias reais portuguesas são dadas a conhecer, e debater, sem o prévio acinte republicanista que lhes retirava *ad liminem* quaisquer atributos positivos. E isso é um benefício para o país quase milenar que não pode reconhecer-se dividido entre cem anos de magníficas benfeitorias republicanas só baseadas em propaganda, opostos a séculos e mais séculos de vigência monárquica sem qualidades de nenhuma espécie. (*Ética republicana* é quase uma expressão vexatória, além de quantas vezes simplesmente oca, ou fradulenta.)

Quando a História aceita o impulso de pessoas individuais onde aparentemente só agem as grandes massas humanas indiferenciadas, movidas a energia ideológica — aliás não renovável... —, não é só o humano de cada um que se abre ao mistério, à dor e à alegria da vida, é também a certeza de que os monarcas, sendo gente como todos nós, aceitaram ter sido tomados por um compromisso dinástico de serviço pátrio para o qual desde cedo foram



preparados e para o qual feitos adultos se instruem continuamente, por dignidade e respeito do seu próprio estatuto excepcional. É que doutro modo não se poderá compreender que um duque brigantino — sem especial chance, aliás, de se tornar rei de Portugal —

sitiado na excentricidade central da península ibérica que é Vila Viçosa, a meio caminho entre duas capitais imperiais, Lisboa e Madrid, foi capaz de reunir uma tamanha colecção de livros posta à disposição de «uma constelação de eruditos, artistas e intelectuais que gravitavam em torno da Casa de Bragança» (p. 107) e destinada a alicerçar o seu sonho duma universidade naquela pequena vila da quase raia alentejana, onde se propôs instituir uma «corte de aldeia» que mais tarde o Japão quis conhecer, visitando-a durante a sua primeira embaixada ao nosso país e continente europeu (1584).

O trabalho de Ana Isabel Buescu, integrado num projecto universitário, decorreu durante três anos, pela necessidade de «estudar a fisionomia, características, traços-fortes e recorte da livraria ducal em contexto histórico, cultural e ideológico. O primeiro passo, imprescindível para a sua compreensão, foi o de proceder a uma sondagem de natureza comparativa com outras livrarias da época [...]. Tratando-se de uma *biblioteca aristocrática*, essa sondagem teve como campo privilegiado um conjunto de livrarias de membros da nobreza, com destaque para o espaço peninsular, e régias, para os séculos XV e XVI, de onde resulta a primeira conclusão estruturante: a livraria do duque de Bragança surgia, na primeira metade do século XVI, como uma das grandes colecções de livros da «Europa do tempo» (pp. 17-18), «sem dúvida a maior biblioteca portuguesa no século XVI, depois da biblioteca “romana” de Aquiles Estaço», na opinião de Belmiro Pereira citada na p. 47. A historiadora também se «surpreendeu» (sic) com a «*extrema actualidade* desta biblioteca, no que diz respeito a um importante conjunto de obras, de edição *recente ou muito recente* nos prelos da Europa da edição» (p. 19; v. tb. p. 209), só possível de obter porque a Casa de Bragança «possuía uma rede de contactos e agentes». «As edições sevilhanas e salmantinas são muito abundantes, destacando-se ainda, muitas obras provenientes dos prelos de Paris, Lyon, Antuérpia,

Basileira, Lovaina, Roma e Veneza» (ibid.). Buescu refere as bibliotecas pessoais das rainhas D. Catarina e D. Leonor e da infanta D. Maria, mas sobretudo a do infante D. Luís, «a figura mais multiforme e apaixonante de toda a família real portuguesa», segundo Sylvie Deswarte, uma autoridade dos estudos sobre o Renascimento.

O estudo da biblioteca (em rigor, do seu inventário) permitiu identificar uma maioria de livros de Teologia, e entre estas «um importantíssimo conjunto de obras da *então actual e intensa polémica religiosa* entre católicos e protestantes», bons «instrumentos para o *mais alto debate* teológico no contexto de uma Europa religiosamente dividida» (p. 108), a pensar na tal universidade. O segundo maior lote é o de História, e a escolha dos livros «em consonância com um dos traços mais permanentes da cultura nobiliárquica desde a Idade Média, e renovada no Renascimento: uma declarada predilecção pela memória e pelo exemplo “verdadeiro” veiculado pelas crónicas, que deveria ser privilegiado pelos príncipes» (p. 120). A difusão europeia dos historiadores greco-latinos havia sido potenciada pela tipografia humanista, e a livraria ducal reconhecia a «importância central da História antiga» transmitida pelo «fervilhar na sua circulação editorial» (p. 125). Ana Isabel Buescu também nos diz que o património da Casa de Bragança e particularmente a biblioteca do duque D. Teodósio são um «extraordinário testemunho» duma «intensa dinâmica artística de matriz flamenga mas também italiana» típica do século XVI (p. 169), com obras de Dante Alighieri e Petrarca, ou Pico della Mirandola, também em traduções espanholas, «língua intermediária» (p. 231). E é tudo isso que torna a biblioteca ducal — «à escala europeia, numa perspectiva comparada, uma grande livraria do Renascimento» (p. 209) — «particularmente interessante» como reflexo dum «mundo intelectual de transição e fascinantemente contraditório», em que coexistem «a vigência multissecular de crenças e práticas» e a «profunda mutação epistemológica em marcha» (p. 177). «A cultura científica dos séculos XV e XVI [isto é, do Renascimento] estava, pois, *amplamente representada* na livraria do duque de Bragança» (p. 185), a par de instrumentos, «panos com cenas bíblicas ou mitológicas» (p. 211), objectos científicos e o laboratório astronómico de António Rodrigues.

Trabalhando sobre um inventário antigo, produzido com métodos hoje naturalmente ultrapassados — e que a par e passo *esconde preciosidades*, havendo

também «assinalável número de nomes de autores ou títulos estropiados» (p. 206) —, a tarefa de Ana Isabel Buescu foi também a de colmatar informações ausentes nos registos patrimoniais, alcançada para c. 900 das 1416 entradas que teve a seu cargo. Um dos benefícios desse insane esforço de identificação das edições é o reconhecimento, pela historiadora cultural, de que «D. Teodósio possuía em quantidade apreciável obras que sabemos serem profusamente ilustradas» ou «figuradas» (p. 212), da geografia à química, da emblemática à iconografia hagiográfica, mas também de *imagética imaginada* de reis e imperadores, cavaleiros e heróis de batalhas e de impérios», ou *Icones mortis* do grande pintor e gravador Hans Holstein, proibido e por isso não avaliado financeiramente.

Todo este interessante trabalho de história cultural também lhe permitiu concluir, pela presença de muitos livros editados em Espanha, pela «baixa dinâmica da arte tipográfica em Portugal a partir de finais do século XV e inícios do século XVI, em contraste com o que sucedia em Espanha e, em maior dimensão ainda, em França e Itália» (p. 235), e que foram as ligações da Casa de Bragança a círculos diplomáticos e políticos a potenciarem a vinda de livros italianos, mais numerosos do que os propriamente portugueses na primeira metade do século XVI. E permitiu encontrar aí livros proibidos pela Inquisição, como os de Erasmus e de Constantino Ponce de la Fuente, um «hereje luterano» preso até à morte em Sevilha, que teve os seus livros no Index em 1559 e os seus ossos queimados em 1560. Curioso mas não surpreendente é notar que no seu testamento o duque bibliófilo proíbe os seus herdeiros de desmembrarem a sua biblioteca, boa parte da qual, aliás, recebera de seu pai, D. Jaime, antes lhes instrui para «comprarem outros como eles, que metam na dita livraria» (p. 279). E como seu pai, também D. Teodósio patrocinou edições, em especial a simbólica *Cronica do condestabre*, e outro tanto fará seu filho, Teodósio II, por exemplo à *Floridado* poeta espanhol Garcilaso de la Vega, em 1605.

Seja como for, esta é uma «biblioteca virtual», uma forma virtuosa de dizer que de paradeiro desconhecido. Que lhe terá acontecido? Ana Isabel Buescu não o diz, mas a dúvida acerca do destino de tão relevante património não pode deixar de ser colocada...

VASCO ROSA

# NOTÍCIAS SOBRE ACTIVIDADES DA FUNDAÇÃO D. MANUEL II PELO MUNDO

## Brasil-Timor

Considerando a necessidade de bons programas pedagógicos em Língua Portuguesa para a Televisão de Timor, a Fundação D. Manuel II negociou um acordo de cooperação entre a Fundação Padre Anchieta, (do Governo do Estado de São Paulo), proprietária da TV Cultura, e a TV Timor.

No dia 12 de Setembro teve lugar a assinatura do protocolo ente o Governador do Estado de São Paulo, Dr. Geraldo Alckmin e o Embaixador de Timor-Leste, Gregório Sousa, e do Dr. Durval de Noronha Goyos, Director da Fundação Padre Anchieta. O Dr. Noronha Goyos foi, em colaboração com S.A.R. o Senhor D. Duarte de Bragança, o principal responsável pela concretização deste programa destinado à difusão da língua portuguesa em Timor.



## Malaca

A 1ª Conferência das Comunidades Luso-Asiáticas decorreu entre os dias 27 e 30 de Junho de 2016, em Malaca, organizado pela comunidade luso-descendente do famoso Bairro Português, que procurou juntar os representantes das diversas comunidades dispersas pelo continente asiático.

Estiveram presentes personalidades como Xanana Gusmão, Fernando Nobre, em representação do Estado Português, o Embaixador de Portugal em Jacarta, Joaquim Moreira de Lemos, o Embaixador de Portugal em Bangucoque, Francisco Vaz Patto, este último, portador de uma mensagem do Ministro dos Negócios Estrangeiros português. Entre outras comunidades luso-descendentes, estiveram os Burghers, do Sri Lanka, a comunidade de Tugu, da Indonésia, a anterior Presidente de Pangim, Goa, a Sra. D. Carolina Pó, a comunidade euro-asiática de Singapura e uma representação da comunidade macaense e Hong-Kong. Entre os convidados de honra destacou-se a Fundação Dom Manuel II, representada pelo Dr. Carlos Carreira, na impossibilidade da presença do seu Presidente, S.A.R. o Senhor Duque de Bragança. O evento contou com uma ampla participação da comunidade local, bem como de alguns académicos convidados, que



apresentaram comunicações sobre o crioulo e a preservação dos seus aspectos linguísticos, bem como sobre a cultura musical e a história daquela comunidade. O responsável pela organização, Joseph de Santa Maria, aproveitou a ocasião para apelar a Portugal para “assumir a sua responsabilidade moral” para com estas comunidades e de se evitar a desintegração da “herança cultural e dos idiomas luso-asiática”, em extinção acelerada. A Conferência das Comunidades Luso Asiáticas pretende firmar-se como um evento bienal, que venha a aumentar o leque de participação destas comunidades e alternando o seu local em cada edição, tendo ficado em aberto a possibilidade da mesma se vir a realizar em Timor-Leste, em 2018.

A Fundação Dom Manuel II vem acompanhando a comunidade do Bairro Português, particularmente na dimensão cultural e na preservação e promoção da sua matriz identitária, numa colaboração que se pretende cada vez mais intensa. S.A.R., o Senhor Dom Duarte, esteve presente junto daquela comunidade em 2015, onde teve a oportunidade de oferecer um novo sino de bronze, há muito desejado pelo bairro, e que se encontra na praça principal.



## Guiné Bissau

A Fundação Dom Manuel II apoiou a criação de uma escola agrícola em Bubaque, Arquipélago dos Bijagós. O apoio incluiu a oferta de um tractor. A iniciativa da fundação desta escola deve-se ao Reverendo Pe. Luigi Scantamburlo, personalidade de grande prestígio na País, como Sacerdote e como Etnólogo. Essa escola irá formar técnicos agrícolas a fim de melhorar as práticas agrícolas tradicionais das famílias guineenses.

O Senhor Dom Duarte de Bragança visitou, no fim de Junho de 2015, o arquipélago dos Bijagós, que constitui uma área de natureza protegida, reconhecida pelas Nações Unidas, de grande interesse biológico e turístico. A Guiné Bissau dispõe de bons hotéis e boas ligações aéreas a Lisboa pela empresa Euroatlantic.

Durante a sua estadia em Bissau, o Senhor Dom Duarte foi homenageado por numerosos amigos e personalidade guineenses, incluindo os Senhores Bispos e membros do Governo. A recepção foi promovida pelo Hotel Coimbra, propriedade de uma família portuguesa desde os anos vinte do século passado.

Sítio na internet - [www.casarealportuguesa.org](http://www.casarealportuguesa.org)

# BOHEMIA

# JUNTA-TE

# à MESA



Seja responsável. Beba com moderação.